

**ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às 14h00min no Auditório no Auditório do Parque Massairo Okamura, ocorreu a 70ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: 01- Conferência de Quórum; 02 - Aprovação da Ata da 69ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO ocorrida em 10/10/2017; 03 - Apreciação da Minuta de Resolução nº 99, que trata da “Regulamentação da Lei de Segurança de Barragem”; 04 - Revogação da Resolução nº 88/2016, que trata sobre Segurança de Barragem; 05 - Apreciação da Resolução nº 100 – Calendário das Reuniões do CEHIDRO para 2018; 06 - Assuntos Gerais. 07 - Coffee break encerrando as atividades do CEHIDRO no ano de 2017. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli assessorado pela Analista Sibelle Jakobi - SEMA que agradeceu a presença de todos. Para o início da reunião realizou-se a conferência do quórum solicitando para que todos assinassem a lista de presença. Foi registrada a presença dos seguintes conselheiros: a Sra. Lorena Moreira Nicochelli, representante suplente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA; a Sra. Leila Nalis Paiva Silva Andrade - representante suplente da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; o Conselheiro Waldir Teles de Ávila - representante titular do Sindicato dos Guias de Turismo do Estado de Mato Grosso – SINGTURMT; o Conselheiro José Antônio de Castro Leite Nogueira representante titular da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITEC; o Sr. Álvaro Fernando Cicero Leite representante suplente da Federação das Indústrias de Mato Grosso - FIEMT; o Sr. Thiago de Moraes Costa - representante titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO; o Sr. Édio Ferraz Ribeiro e a Sra. representantes titular e suplente respectivamente da Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - AGUAS CUIABÁ S.A; o Sr. Fernando de Carvalho Bittencour representante suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Renováveis – IBAMA; a Sra. Denise Pontes Duarte representante suplente da Secretaria de Estado de Cidades - SECID; a Sra. Rosidelma Francisca Guimarães Santo representante titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso - CREA/MT; o Sr. Claudionor Angeli representante titular da Cooperativa de Pescadores e Aquicultores do

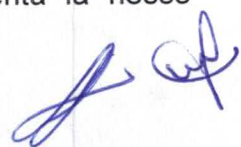


32 Mato Grosso –COOPEAMAT; o Sr. Juraci de Ozeda Ala Filho representante titular da
33 Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN; a Sra. Margarida Marchetto -
34 representante titular da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – UFMT. O
35 Secretário Executivo o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli agradeceu a presença de
36 todos e informando que está e a última reunião do Biênio – 2016/2017. O próximo item da
37 pauta foi a aprovação da ata 69ª Reunião CEHIDRO informando que foi enviada com
38 antecedência e perguntou se alguém tinha alguma alteração para fazer e nada tendo a ata
39 foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. O próximo item e a Apreciação
40 da Minuta de Resolução nº 99, que trata da “Regulamentação da Lei de Segurança de
41 Barragem”, informa que foi pedido uma nota técnica a qual foi encaminhada com
42 antecedência para os conselheiros. O Secretário Executivo o Sr. Luiz Henrique M. Noquelli
43 passou a palavra para a Analista Fatima– SEMA que iniciou perguntando aos conselheiros
44 se tinha lido a referida Resolução. A Analista Fatima decidiu fazer uma leitura explicativa de
45 forma que se alguém tiver alguma dúvida poderia interrompê-la, iniciou a leitura
46 esclarecendo que todas as informações geradas teriam que repassar para a Agencia
47 Nacional de Aguas - ANA assim como o relatório de Segurança de Barragem concluiu que é
48 muito caro um Plano de Segurança de Barragem colocando que quando há varias
49 barragens muito próximas em pontos de altitude diferentes quando há um rompimento este
50 poderá ser em cadeia, por este motivo e necessário que todos pensam na estrutura que tem
51 que ser bem reforçada para evitar acidentes e ressalta a importância da revisão periódica da
52 de Segurança de Barragem e a inspeção. O Conselheiro Joselir - IBAMA pergunta se houve
53 alteração de prazo. A Analista Fatima responde que no e isso vale para os técnicos no
54 SEMA. No Art. 2º desta Resolução o Conselheiro Joselir – IBAMA faz consideração e sugere
55 que este artigo seja “Os dispositivos desta Resolução se aplicam às barragens de
56 acumulação de água fiscalizadas pela SEMA”. O Conselheiro Joselir coloca que a
57 Resolução 88 teria que ser aprovada com urgência. O Secretário Executivo responde que
58 sobre Segurança de Barragem A SURH e a SUIMIS tem que trabalhar juntas. A Analista
59 Lorena – SEMA coloca que não e possível trabalhar duas Segurança de Barragem. A
60 Analista Fatima – SEMA salienta que ainda não se tem problema sobre barragem de rejeito
61 industrial. O Conselheiro Joselir – IBAMA ressalta que a Resolução e muito complexa e a
62 sua preocupação e com a segurança, a analista Fatima coloca que é só um detalhamento. O

63 Secretário Executivo responde que tudo vai ser resolvido dentro da SUIMIS. A Analista
64 Fatima pergunta se os conselheiros acham necessário ler todos os itens da Resolução em
65 questão e fica decidido pelos conselheiros que não. Sobre a Classificação a Analista Fatima
66 coloca que a SEMA não licencia barragem. O Conselheiro Claudionor – COOPEAMAT
67 pergunta se é a ANA que vai licenciar as pisciculturas. O conselheiro Joselir pergunta se
68 este assunto sobre licenciamento e competência do CEHIDRO. A Analista Lorena – SEMA
69 responde que a parte de agua e segurança e competência do CEHIDRO. A Analista Sibelle
70 sugere acrescentar no ART 2º que quando se trata de agua e acumulo de agua será tratado
71 dentro da SEMA. O Sr. Sergio sugere passar a classificação para o empreendedor. A
72 Analista Sibelle – SEMA conclui que quem vai finalizar será a SEMA, a Analista Lorena
73 ressalta que a classificação envolve o PTA e risco porque é necessário ir a campo. O
74 Conselheiro Joselir sugere que deve ser de um ano para o empreendedor solicitar a
75 classificação. O Secretário Executivo pergunta se todos concordam para o empreendedor
76 solicita a classificação passa a ser de um ano, a analista Fatima – SEMA coloca que Estado
77 não possui profissionais habilitados. Com o acordo de todos o Parágrafo único do Art. 4º
78 passa vigorar com as seguintes redação: As barragens já implantadas até a data de
79 publicação desta resolução terá o prazo de até 01 (um) ano para solicitação da classificação
80 da mesma. O Conselheiro Joselir disse que está faltando citar onde está o roteiro. A Analista
81 Sibelle responde que isso vai estar na Instrução Normativa. No que diz o “Art. 6º O PSB
82 deverá ser elaborado, para barragens novas, antes do início do primeiro enchimento, a partir
83 de quando deverá estar disponível para utilização pela equipe de segurança da barragem, e
84 para consulta pela SEMA e pela Defesa Civil”. A analista Fatima esclarece que o
85 empreendedor deverá o plano de Segurança de Barragem, mas apenas enviar para o Órgão
86 responsável apenas um resumo do mesmo. Analista Fatima coloca que a inspeção regular e
87 especial e por conta do empreendedor. No Art. 13º o Conselheiro Joselir – IBAMA
88 questionou por não está bem especificado e sugere diminuir o prazo quando se trata de
89 risco alto ou baixo e por decisão da maioria e Quanto a da periodicidade de execução e do
90 prazo para elaboração do relatório da ISR por sugestão dos conselheiros o Art. 13 para
91 vigorá-la com a seguinte redação “Art.13 As Inspeções de Segurança Regulares de
92 Barragens terão periodicidade definida em função da classificação realizada pela SEMA, em
93 termos de categoria de risco e dano potencial associado das barragens, e deverão ser

94 realizadas pelo Empreendedor durante os Ciclos de Inspeções, conforme periodicidades
95 mínimas a seguir: **I – Periodicidade semestral:** a) Barragens classificadas como de dano
96 potencial alto, independente do risco; b) Barragens classificadas como dano potencial médio
97 e risco alto; c) Barragens classificadas como dano potencial médio e risco médio; d)
98 Barragens classificadas como dano potencial médio e risco baixo; **II - Periodicidade anual:**
99 a) Barragens classificadas como dano potencial baixo e risco alto; b) Barragens classificadas
100 como dano potencial baixo e risco médio c) Barragens classificadas como de dano potencial
101 baixo e risco baixo; e o Art.14 “Os relatórios semestrais de que tratam o Inciso I do Art. 13
102 deverão ser apresentados até 31 de março e 30 de setembro do ano corrente e os relatórios
103 anuais de que tratam o Inciso I do Art. 13 até 30 de setembro, devendo ser protocolizados
104 na SEMA em cópia digital, bem como a respectiva Anotação de Responsabilidade
105 Técnica’. Quanto a o Art. 21 que fala das classes o Conselheiro Joselir – IBAMA pergunta
106 como os parâmetros serão analisados para ser classificados como A,B,C, D. A Analista
107 Lorena responde que tem o passo a passo para entender. O Conselheiro Joselir coloca que
108 tem que deixar isso mais claro. A Analista Sibelle - SEMA coloca que esta classificação será
109 feita pelo Órgão responsável. O Conselheiro Joselir questiona o parágrafo único do Art. 22
110 onde diz. Para as barragens com altura inferior a 15 m e capacidade do reservatório inferior
111 a 3.000.000 m³, a SEMA, a seu critério, poderá aceitar a apresentação de estudo
112 simplificado para elaboração do mapa de inundação. A Analista Fatima coloca que a SEMA
113 decide para os que estão abaixo disso. Quanto ao Art. 23 que fala do prazo para elaboração
114 e da periodicidade de atualização e revisão do PAE “O PAE deverá ser elaborado, para
115 barragens novas, antes do início do primeiro enchimento, a partir de quando deverá estar
116 disponível para utilização e as barragens já existentes enquadradas na categoria de risco e
117 dano que exige PAE terão prazos definidos no ato de sua classificação”. O Conselheiro
118 Joselir pergunta se todos vão ter que o Plano de Ação Emergencial - PAE. O Secretario
119 Executivo responde que as novas já vão entrar nessa condição e as já existentes vão ter que
120 regularizar. O Conselheiro Joselir sugere estabelecer prazo para a PAE. A Analista Sibelle –
121 SEMA esclarece que estabelecer prazo é muito complicado, pois isso vai ser específico para
122 cada situação e poderá ser estabelecido em Portaria. O Conselheiro Joselir – IBAMA
123 questiona o Art. 31 que segundo ele não está falando do Plano de Segurança de Barragem.
124 Art. 31 A RPSB e a ISE deverão ser realizadas por equipe multidisciplinar de especialistas

125 com competência nas diversas disciplinas que envolvam a segurança da barragem em
126 estudo. A Analista Fatima Responde que o Plano de Segurança de Barragem e específico.
127 Quanto ao Art. 32 o Conselheiro Joselir pergunta se empreendedores com varias Barragens
128 próximas, como ficamas barragens que estão em pontos mais altos e as de pontos mais
129 baixos. O Secretario responde todos vão ter que se preocupar com as estruturações. Após
130 as alterações feitas com sugestões dos Conselheiros revoga-se a Resolução 88 e aprova a
131 Resolução 99. O Secretario Executivo coloca a Resolução nº100 em votação e pergunta se
132 todos estão de acordo já que a mesma estabelece o calendário das reuniões do CEHIDRO
133 para o ano de 2018, perguntou se todos estavam de acordo já esclarecendo que estas
134 tinham sido bem pensadas. O conselheiro Waldir pede a palavra para manifestar sua
135 indignação quanto à exclusão da SINGTURMT do CEHIDRO para o Biênio 2018/2019, o
136 senhor Waldir esclarece que no Biênio anterior a SINGTURMT entrou com os mesmos
137 documentos e que para este Biênio não foram aceitos. O Secretario Executivo esclarece que
138 foi decidido pela Comissão Eleitoral, mas continua sendo muito importante a participação da
139 SINGTURMT no Conselho. A Analista Sibelle – SEMA esclarece que não foi dada prioridade
140 para nenhuma instituição e todas foram tratadas da mesma forma e que as instituições:
141 FONASC e SINGTURMT não apresentou a comprovação de atuação em Recursos Hídricos
142 nos dois últimos anos conforme expesso no edital e cita os nomes das instituições e
143 concorreu a Eleição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e que farão parte do
144 CEHIDRO no Biênio 2018\2019. Como representantes de usuários: 1) no segmento
145 aquicultura, a entidade Cooperativa de Pescadores e Aquicultores de MT – COOPEAMAT;
146 2) no segmento Abastecimento/Saneamento, a entidade Nascentes do Xingu Participações
147 e Administração S/A; 3) no segmento Hidrovia, de acordo com o §2º do Art. 6º do Decreto
148 316/2015, a entidade Águas Cuiabá; 4) no segmento Pesca, de acordo com o §2º do Art. 6º
149 do Decreto 316/2015, a entidade Instituto Pantanal Amazônia de Conservação – IPAC; 5) no
150 segmento Turismo e Lazer, de acordo com o §2º do Art. 6º do Decreto 316/2015, a entidade
151 entidades Instituto Ação Verde; e como representante de entidades não governamentais o
152 Instituto Ecológico e Sócio Cultural da Bacia Platina – IESCBAP. O Secretario Executivo fala
153 dos documentos enviados pela FONASC, porem não foi possível concorrer a vaga por estar
154 fora do prazo, fala da nota técnica que foi solicitada pelo Conselheiro Joselir – IBAMA, mas a
155 Analista Lilian – SEMA que escreveu a referida nota não poderá apresentá lá nesse



156 momento. Informa que esta e a ultima Reunião do CEHIDRO do ano e será servido um
157 Coffee break em comemoração ao encerramento das atividades do CEHIDRO no ano de
158 2017. Nada mais havendo a declarar, o Secretário Executivo agradeceu a presença de todos
159 e encerrou a 70ª Reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos às 16h30min e eu,
160 Dercília Barboza de Souza, lavrei esta Ata que será assinada pelo Presidente e pelo
161 Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

162
163
164 

165 **LILIAN FERREIRA DOS SANTOS**

166 Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

167 Presidente em substituição do CEHIDRO

168
169
170 
170 **LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI**

171 Secretário Executivo do CEHIDRO